

Exma. Senhora
Dra. Catarina Gamboa
Chefe de Gabinete do Senhor Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 LISBOA

| SUA REFERÊNCIA | SUA COMUNICAÇÃO DE | NOSSA REFERÊNCIA Nº | DATA |
|----------------|--------------------|---|------|
| 88 | 11/01/2021 | ENT Nº: 77/2021 PROC. Nº: 05.03/2021 | |

ASSUNTO: Pergunta nº 899/XIV/2ª, de 11 de janeiro de 2021 - Barra de Esposende requer desassoreamento urgente

Exma. Sra. Dra. Catarina Gamboa,

Encarrega-me S. Exa. o Ministro do Mar, relativamente à pergunta acima identificada, do Grupo Parlamentar do BE, de remeter as respostas às questões levantadas pelos deputados signatários da mesma:

1. Vai o Governo garantir o disposto no nº2 da Resolução da Assembleia da República nº 143/2019, de 22 de agosto?

A segurança marítima nas barras e canais de navegação é uma das matérias de grande prioridade na ação do Ministério do Mar, tendo em conta as disponibilidades financeiras.

Por outro lado, a necessidade de uma gestão eficiente das dragagens nos portos, torna premente a celebração de contratos plurianuais, de forma a permitir que as operações de dragagem possam ser executadas nos períodos mais favoráveis ou sempre que exista uma situação de assoreamento que coloque em risco o acesso das embarcações que demandem determinado porto.

2. Calendarizou o Governo uma data para o início dos trabalhos da barra de Esposende?

Com o objetivo de assegurar a realização de dragagens de manutenção nos portos de pesca do Norte, a DGRM tem planeado lançar o procedimento intitulado "Empreitada de Dragagens de Manutenção dos Portos de Pesca do Norte para o Triénio 2021-2023", o qual inclui os portos de Vila Praia de Âncora, Esposende, Póvoa de Varzim e Vila do Conde.

2.1 Em caso afirmativo, qual a data prevista?

Está prevista para 2021 a dragagem no Porto de Esposende no valor de 1,1 milhões de euros.

2.2 Como vai o Governo salvaguardar os valores ambientais da foz do rio Cávado durante e após a intervenção?

As intervenções realizadas decorrem da estrita aplicação e cumprimento da legislação em vigor, bem como dos procedimentos adequados na salvaguarda dos valores ambientais.

2.3 Em caso negativo, por que motivo não planeou o Governo o desassoreamento da barra de Esposende?

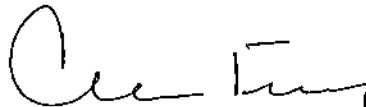
n.a.

3. Considerando a necessidade recorrente de desassoreamento de barras e portos nacionais e de salvaguardar os valores ambientais das zonas intervencionadas, está o Governo disponível para criar uma empresa pública de dragagens para suprir de modo satisfatório estas necessidades?

Não foi ainda demonstrada a sustentabilidade financeira de uma empresa de dragagens. Atualmente estas responsabilidades são asseguradas pela DGRM, APA e as Administrações Portuárias.

Com os melhores cumprimentos, *e considero*

O Chefe do Gabinete



Nuno Chaves

29 JAN 21

/cg